



**Governo do Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí**

**ATA Nº81– 30 de Novembro de 2015**

<b>Local:</b>	Tamandaré late Clube	<b>Horário :</b>	13h30 as 17h
Presidente: Ivo Mello	Vice-Presidente: Ernani Rossi	Sec.Executiva: Mariza Beck	

**PAUTA**

ABERTURA -IVO MELLO - Pres CBH Ibicui

Roberto Basso – Pres Ass Arrozeiros Uruguaiana

PAINEL : SWAT – Modelagem aplicada a Bacia do Ibicui

a) O Sistema e suas Aplicações - Prof Glaucio Roloff – UNILA PR

b) A experiência francesa no uso do SWAT para gestão da bacia – MICHEL STEIN - Responsável pelas relações internacionais na agência francesa

c) UNIPAMPA\IRGA – Parcerias técnicas para coleta de dados

d)Proposta projeto Areeira–Fazenda Bom Retiro – Itaquí

1. **Abertura:** O presidente Ivo Mello saudou os presentes, agradecendo ao Tamandaré late Clube a cedência do espaço às margens do Rio Uruguai para a realização desta reunião. Manifestou-se também o presidente da Associação Arrozeiros de Uruguaiana, Roberto Basso, dando as boas vindas para todos. Durante as apresentações pessoais, o representante da Odebrecht Ambiental, Egídio informou que não poderia ficar na reunião pois estava a caminho de um encontro em Libres com Comitê de Fronteira para tratar sobre o lançamento do esgoto no Rio Uruguai, através de um interceptor que passa em baixo do prédio do Tamandaré. Para isto é preciso que a Secretaria de Patrimônio da União que esta com o processo há mais de um ano e meio, quase dois anos, agilize a análise para liberação. Significa que em alguns pontos o esgoto é lançado in natura no rio. O cônsul do Brasil em Libres já manifestou que vai atuar junto ao Ministério do Planejamento para liberar o processo. Perguntando se haveria algum outro assunto para ser levado para o Comitê de Fronteira, em nome do Comitê Ibicuí, o diretor do DRH, Fernando Meirelles pediu que informasse sobre a criação do Comitê do Uruguai que está em andamento, inclusive já tendo a assinatura de um termo de cooperação com a província de Misiones, faltando algo semelhante com a área do baixo Uruguai e os países limítrofes.

**Informes:** O diretor Fernando Meirelles falou sobre a Instrução Normativa nº7 que restringia as áreas para concessão de outorgas e que o CBH Ibicui, enviando correspondência ao DRH, solicitou que na sua bacia não houvesse esta restrição expondo vários motivos na argumentação. A solicitação foi deferida e não haverá mais limites de área. Nesta sequência, a IN foi derrubada e o ICA 0003 foi substituído por outro instrumento denominado SIOUT 003 já em funcionamento. A partir de 2016, voltará ao CBH Ibicuí com as solicitações de outorga feitas para a bacia com o mapa de identificação e localização, para que o CBH Ibicuí valide as concessões. O comitê deverá definir as regras para a cedência de outorgas (barragens, captação superficial, canais, pivôs), estabelecer critérios como a temporalidade destas, quem faz melhor uso da água, entre outros, pois em caso de disputa em microbacias com escassez de água, será no comitê que serão dadas as prioridades da concessão. Em 2016 serão derrubadas todas as outorgas para que o novo sistema seja alimentado. A proposta é: comitê por comitê as outorgas serão derrubadas e vão entrar no sistema para ver quanto de água esta sendo solicitado e se há disponibilidade. Em caso positivo, automaticamente será gerada a autorização, sob os critérios definidos pelo comitê. Só será liberado a outorga se o CAR estiver em dia pois o vínculo será obrigatório. Sobre o Programa de Desassoreamento, a SEMA criou uma licença em que as prefeituras que precisam deste serviço cadastram-se e, seguindo regras básicas, obtém. Só pode retirar o material depositado, sedimentado e causando alagamento. O Ibicuí Mirim não se enquadra neste programa pois o trecho é muito grande para que se abra mão das condicionantes ambientais que a FEPAM exige.



**Governo do Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí**

**2 - SWAT – Modelagem aplicada a Bacia do Ibicuí** – Como fazer para aplicar na bacia do Ibicuí – modelo matemático que tenta simplificar complexidades da realidade. No caso da bacia hidrográfica: tudo o que impacta sobre a água é possível ser calculado para esta bacia, simulando condições ao longo do tempo associado ao ciclo hidrológico evidenciando as condições de qualidade e quantidade de água desta bacia. Na aplicação, tudo o que se imaginar para instalação de empreendimentos será possível prever o impacto dos lançamentos de efluentes ou da retirada de água na bacia. Muitos grupos trabalham com este software dando segurança ao usuário e esta em constante evolução. Problemas no Brasil sobre a disponibilidade de dados dificultam o uso e a aplicação de cenários. Trabalharemos com dados de uma microbacia para validação e extrapolamos os resultados para o resto da bacia. Útil para o desenvolvimento regional a médio e longo prazo, pois funciona melhor com valores mensais e anuais. Simulação de eutrofização, aplicação de agrotóxico, lançamento de esgotos, etc. Como começar: precisa um período de calibração e posterior validação. Ivo explicou que foi escolhida a microbacia do Curuçu (afluente do rio Itu) pois precisava de uma estação de monitoramento e no Passo da Cachoeira a CPRM mantém uma unidade. Definido o polígono pela equipe da Unipampa, os técnicos do IRGA foram a campo e verificaram que houve grande reconversão das áreas de lavoura de arroz para outros usos como a soja nas partes baixas e com pivô central, lavouras de milho. Então a opção foi trabalhar com a microbacia do arroio Cambaí (160Km<sup>2</sup>). Para reflexão, mostrou que existe uma dinâmica em andamento e que o comitê, para poder fazer gestão, deve estar ciente de toda e qualquer mudança no uso do solo que aconteça no âmbito da bacia, por isso a ênfase neste trabalho. O professor Gláucio retomou a palavra e falou que o ideal seria trabalhar com mais de uma microbacia, mas podemos começar com esta. Tem um mapa de solos apenas com a identificação, mas é preciso mais como a estratigrafia, textura, etc. Plano altimétrico vertical. Uso dos solos com a sequência das operações de cada lavoura, por exemplo. Estações meteorológicas. Mapeamento das barragens e seus volumes associado, rede de drenagem destas e o regime de fornecimento d'água. O piloto requer três anos para: calibração, monitoramento em um ano e, nos dois seguintes, a validação. No mínimo temos que ter monitoramento de vazão e, se trabalhar com campanha de qualidade, no mínimo doze amostras no ano de caráter hidrológico. Banco de dados especializado é necessário para o comitê trabalhar. Michel Stein falou sobre como usam o Swat na França: Duas bacias são trabalhadas, uma com poucos dados. O objetivo é acompanhar as tomadas de decisões dos usuários para avaliar melhor as margens de operação. Colocou-se a disposição para auxiliar na aplicação deste modelo no Ibicuí.

**3 - A experiência francesa no uso do SWAT** - Hervê apresentou a metodologia de controle de qualidade da água a partir de controle biológico e químico com aplicação de sistema de modelagem. A ictiofauna é o bioindicador dos parâmetros de qualidade monitorados. A apresentação está anexada a esta ata.

**4. Fazenda Bom Retiro** - Apresentação do Projeto Técnico para instalação de Areeira – Como no termo de referência do PCA consta a necessidade de anuência do comitê de bacia, o técnico responsável, engenheiro de minas, Luciano, apresentou o empreendimento de lavra de areia e cascalho no rio Ibicuí. Disse que no Ibicuí a graduação da areia é de média a fina e será retirada por dragagem, com sucção por dragas estacionárias rastreadas ancoradas por cabo. No local há um grande banco de areia de quase dois metros de altura. O acesso interno está consolidado e a expedição facilitada pela proximidade com a RS 3. Recém estão dando entrada com o pedido de Licença Previa, ainda não sabendo se a FEPAM vai solicitar após o RAS. Extração de pequeno porte para atender a região. A alteração da qualidade esta na turbidez da água por conta do movimento e possibilidade de vazamento de óleo e graxa que precisa de atenção para que não ocorra.



**Governo do Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí**

**5. Assuntos Gerais**

O Sr Augusto Mânica, solicitou espaço para fazer uma proposição como segue: “ Considerando que a finalidade maior do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí é a gestão dos recursos hídricos, como essenciais para a qualidade da vida humana e da Natureza, seria oportuno, nesta nova etapa do nosso plano de ações, incluímos, institucionalmente, um sistema de avaliação da evolução da qualidade de vida das populações urbanas e rurais, incluindo a vida da Natureza, com sua fauna e flora, na Bacia do Rio Ibicuí. Argumentou lembrando que pesquisas regulares já existem ( limitadas), tanto públicas, em Secretarias, Ministérios, Universidades, como privadas em empresas, instituições e por particulares. Disse que tem convicção das surpresas positivas que teríamos, para ilustrar a excelência do trabalho, até aqui, desenvolvido pelo Comitê, bem como para clara definição das novas metas a serem buscadas, como é o caso, identificado no nosso Plano de Bacia, da urgente solução para a questão do esgotamento sanitário e do transporte e destinação dos resíduos urbanos e agrícolas. NA sequência, o Professor Kaehler informa sobre um projeto encaminhado, para a ANA, de 800 mil reais, para monitorar, prospectar a fronteira oeste sobre o potencial energético eólico, solar, biomassa e hidráulico através das bombas de água, visando proporcionar ao produtor rural e à região outra fonte de renda.

“Uma nova fronteira agrícola é a produção de energia” – Glucio Roloff

Nada mais havendo a tratar, assinam esta ata a secretária executiva, redatora desta e o presidente do Comitê Ibicuí.

Alegrete, 30 de Dezembro de 2015.

Secretária Executiva

Presidente